

Decreto-Lei nº 12/2004

de 8 de Março

Pelo Decreto-Lei nº 24/2002, de 16 de Setembro, o Governo aprovou o diploma que regula a produção, importação, exportação, comercialização e utilização do sal iodado para o consumo humano e animal.

Nos termos do seu artigo 17º, ficou o Governo incumbido de aprovar os regulamentos necessários à implementação do mesmo diploma, em especial, o regime de controlo e fiscalização da produção, importação, exportação, comercialização e utilização do sal iodado para o consumo humano e animal.

No entanto, a experiência resultante da aplicação do mencionado diploma mostra que o mesmo carece alterações de fundo, que, aliás, tornam mais fácil a sua regulamentação.

Assim:

No uso da faculdade conferida pela alínea a) do número 2 do artigo 203.º da Constituição, o Governo, decreta o seguinte:

Artigo 1º**Alterações**

1. São alterados os artigos 4º, 6º, 10º, 11º e 16º do Decreto-Lei nº 24/2002, de 16 de Setembro, com a redacção que a seguir neles indica e a numeração que vier a resultar da sua reconstituição.

Artigo 4º

(...)

O sal iodado na exportação, no local da produção, à chegada da importação, e nos locais de venda dos grossistas e a retalho, deve ter a seguinte composição: o mínimo de 20 partes de iodo para 1.000.000 de partes de sal (20 ppm) e o máximo de 40 partes de iodo para 1.000.000 de partes de sal (40 ppm).

Artigo 6º

(Certificação da qualidade)

1. (...).

2. As Delegacias de Saúde são as entidades responsáveis pela emissão dos certificados de qualidade do sal iodado produzido localmente.

3. Para o sal importado, a confirmação do certificado de qualidade apresentado pelo importador é feita pela DGASP e/ou Delegações do departamento governamental responsável pela área da Agricultura, podendo, eventualmente, ser requerido o parecer prévio das Delegacias de Saúde.

Artigo 10º

(Na produção)

1. A certificação de unidades de produção ou tratamento do sal é autorizada pela Direcção Geral da Indústria e Energia, ouvida a Direcção Geral da Saúde ou Delegacias de Saúde e o membro do Governo responsável pela área do Ambiente.

2. O pedido de autorização será dirigido ao membro do Governo responsável pela área da Indústria e entregue nos serviços respectivos.

3. O controlo da qualidade do sal produzido nessas unidades é feito a vários níveis distintos:

- a) Pelo produtor, que deverá manter registos actualizados das análises efectuadas a cada lote de sal iodado produzido;
- b) Pelas Delegacias de Saúde, a pedido do produtor, com vista à emissão dos respectivos certificados de qualidade para os lotes a serem comercializados;
- c) Pela Direcção Geral de Saúde/Delegacia de Saúde, através da actividade de fiscalização aleatória de amostras do sal produzido nessas unidades, pelo menos, uma vez por mês, bem como da fiscalização das condições de higiene, embalagem, rotulagem e marcação dos lotes de sal produzido.

Artigo 11º

(Competência para a fiscalização)

1. Compete às Delegacias de Saúde, Agência Reguladora de Controlo de Qualidade de Produtos Farmacêuticos e Alimentares, Inspeção Geral das Actividades Económicas (IGAE), Direcção Geral da Indústria e Energia e Direcção Geral das Alfândegas, Delegações do departamento governamental responsável pela área da Agricultura, Direcção Geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária (DGASP), a fiscalização do cumprimento do disposto no presente diploma através dos seus funcionários ou agentes para o efeito credenciados.

2. (...)

Artigo 16º

(Legislação complementar)

Em tudo que não estiver disposto ou previsto no presente diploma, aplica-se as normas do CODEX ALIMENTARIUS (CODEX STANDARD FOR FOOD GRADE SALT CX STAN 150-1985 <Rev. 1-1997, Amend. 1-1999>, Anexo I ao presente diploma bem como o Regime Jurídico das contra-ordenações previsto no Decreto-Legislativo nº 9/95, de 27 de Outubro.

2. Os artigos 13º e 14º do Decreto-Lei nº 24/2002, de 16 de Setembro, são fundidos num único artigo, com a numeração que a seguinte redacção e a numeração que vier a resultar da sua reconstituição.

(Contra-ordenações e coimas)

1. Constituem contra-ordenações:

- a) A produção, a distribuição, a comercialização, a utilização, a importação e a exportação do sal impróprio para o consumo;
- b) A colocação no mercado do sal que apresente risco para a saúde pública ou que possa provocar a contaminação;
- c) A manipulação, a transformação, o transporte ou o acondicionamento do sal que não respeite as disposições previstas no presente Decreto-Lei e em outros regulamentos em vigor.

2. As contra-ordenações previstas no número anterior são puníveis com coima de 3.000\$00 a 300.000\$00 e de

500.000\$00 a 1.500.000\$00, consoante tenham sido praticadas por pessoas singulares ou colectivas, respectivamente.

3. Em virtude da gravidade da contra-ordenação, podem ser aplicadas as seguintes sanções acessórias:

- a) Apreensão do sal e a sua consequente retirada de circulação, nos termos do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 89/92, de 16 de Julho;
- b) Encerramento do estabelecimento, fábrica, ou cancelamento da licença, autorização, certificado ou número sanitário.

4. O produto das coimas será repartido da seguinte forma:

- a) 25% para o Estado;
- b) 25% para a entidade fiscalizadora;
- c) 50% para a Delegacia de Saúde responsável da área da residência ou sede do infractor.

5. Nas contra-ordenações verificadas nos termos deste diploma, a tentativa e a negligência são punidas.

Artigo 2º

Aditamentos

São aditados ao Decreto-Lei n.º 24/2002, de 16 de Setembro, os artigos 12º-A, 13º-A, 14º-A, 15-A, 18º-A, 19º, 20º, 21º, 22º, 23º e 24º, com a redacção a seguir neles indicada e numeração que vier a resultar ter a seguinte redacção:

Artigo 12º-A

No circuito interno

1. O controlo da qualidade do sal iodado no circuito interno é feito no momento do embarque, pela Delegação do Ministério da Agricultura, mediante a exigência da apresentação do certificado de qualidade e a fiscalização dos lotes correspondentes.

2. Igualmente deverá ser fiscalizada pela Delegação do departamento governamental responsável pela área da Agricultura as condições de higiene, embalagem, rotulagem e marcação dos mesmos lotes.

Artigo 13º-A

No circuito internacional

O controlo da qualidade do sal iodado no circuito internacional, é feito a dois níveis distintos:

1. Na importação:

- a) Pela exigência, através dos Serviços Aduaneiros da Direcção Geral das Alfândegas, do respectivo certificado de qualidade, após parecer favorável da DGAPS e/ou Delegações do departamento governamental responsável pela área da Agricultura;
- b) Em caso de dúvida, ou por iniciativa própria, a Direcção Geral da Saúde e/ou as Delegacias de Saúde podem intervir na fiscalização e certificação dos lotes de sal a serem importados;
- c) A DGAPS e/ou Delegações do departamento governamental responsável pela área da Agricultura deverão, igualmente, fiscalizar as

condições de higiene e embalagem dos lotes a serem importados.

2. Na exportação:

- a) Pela exigência, através dos Serviços Aduaneiros da Direcção Geral das Alfândegas, do respectivo certificado de qualidade emitido pela Direcção Geral da Saúde;
- b) Pela DGAPS e/ou Delegações do departamento governamental responsável pela área da Agricultura, através da fiscalização das condições de higiene, embalagem, rotulagem e marcação dos lotes a serem exportados.

Artigo 14º-A

Nos locais de venda, a grosso e a retalho

O controlo da qualidade do sal iodado é feito aleatoriamente, e pelo menos, uma vez por mês, pela Direcção Geral da Saúde e/ou Delegacias de Saúde, IGAE e outras entidades que a lei atribui competência para o efeito, mediante a recolha de amostras do sal constante nesses locais.

Artigo 15º-A

Competência para o controlo de qualidade

O controlo da qualidade do sal produzido localmente, importado, ou destinado à exportação é feito pelas Delegacias de Saúde, ou outro órgão que as vier a substituir nessa função dentro do Ministério da Saúde, oficiosamente, desde que o mesmo tenha conhecimento do facto constitutivo de qualquer infracção ou mediante participação ou auto de notícia elaborado pelas autoridades fiscalizadoras ou ainda mediante denúncia particular.

Artigo 18º-A

Processo de advertência

1. Quando a contra-ordenação consistir em irregularidade sanável e da qual não tenha resultado prejuízo irreparável, a Delegacia de Saúde pode levantar auto de advertência, com a indicação da infracção verificada, das medidas recomendadas ao infractor e do prazo para o seu cumprimento.

2. A Delegacia de Saúde notifica ou entrega imediatamente o auto de advertência ao infractor, avisando-o de que o incumprimento das medidas recomendadas determinará a instauração de processo por contra-ordenação e influirá na determinação da medida da coima.

3. Se o cumprimento da norma a que respeita a infracção for comprovável por documentos, o sujeito responsável deve apresentar os documentos comprovativos do cumprimento na Delegacia de Saúde dentro do prazo fixado.

4. No caso de infracção não abrangida pelo disposto no número anterior, a Delegacia de Saúde pode ordenar ao infractor que, dentro do prazo fixado, lhe comunique sob compromisso de honra que tomou as medidas necessárias para cumprir a norma violada.

Artigo 19º

Elementos do auto de notícia e da participação

1. O auto de notícia e a participação relativos às contra-ordenações previstas neste diploma deverão mencionar especificamente:

- a) Os factos que constituem a infracção;
- b) O dia, hora, local e as circunstâncias em que a infracção foi cometida;
- c) Tudo o que puder ser averiguado acerca da identificação e residência dos infractores;
- d) Nome, categoria e assinatura do autuante ou participante; e
- e) Quanto à participação, a identificação e residência das testemunhas que puderem depor sobre os factos.

2. Quando o responsável pela infracção for uma pessoa colectiva ou equiparada, deverá indicar-se, sempre que possível, a identificação e residência dos respectivos gerentes, administradores ou directores.

3. O auto de notícia ou participação são remetidos, no prazo de quarenta e oito horas, à Delegacia de Saúde respectiva.

Artigo 20º

Processamento das contra-ordenações e aplicação das sanções

1. O processamento das contra-ordenações previstas no presente diploma compete à entidade de fiscalização que tenha levantado o auto de notícia ou recebido a participação.

2. Tem competência para a aplicação das coimas previstas neste diploma o director-geral, ou equiparado, o delegado de saúde, da entidade que tenha levantado o auto de notícia ou recebido a participação.

3. Quando a competente para o processamento da contra-ordenação e aplicação das sanções determinar que uma queixa não apresenta factos que justifiquem uma investigação ou acção, poderá arquivar a queixa, mediante fundamentação escrita, que será comunicada ao presumível infractor e ao queixoso, no prazo máximo de quarenta e oito horas.

4. Considerando ~~existirem~~ motivos justificativos, o auto de notícia, depois de confirmado pela entidade competente, será notificado ao infractor, para, no prazo de 5 dias, apresentar resposta escrita, devendo juntar os documentos probatórios de que disponha e arrolar testemunhas, até ao máximo de três por cada infracção, ou comparecer, para ser ouvido, em dia determinado.

5. Após conclusão da instrução, que deverá ocorrer num prazo máximo de 15 dias, a entidade competente emite a sua decisão final, com a indicação da coima e sanções acessórias aplicadas

6. Da decisão final será o infractor notificado no prazo máximo de quarenta e oito horas.

Artigo 21º

Das análises e contra-análises

1. Estando em causa os níveis de composição e dos outros factores essenciais de composição e de qualidade do sal iodado, a entidade competente para o processamento da contra-ordenação e aplicação das sanções deverá remeter para o Laboratório de Análises do Hospital Agostinho Neto, cidade da Praia, a amostra recolhida, a fim de obter a certificação dos valores.

2. Não se conformando com os mesmos, poderá o infractor requerer uma contra-análise, num dos seguintes laboratórios:

- a) INIDA - Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário, São Jorge - Santiago;
- b) CERIS - Sociedade Cabo-verdiana de Cerveja e Refrigerantes, SARL, Praia - Santiago;
- c) INGRH - Instituto Nacional de Gestão de Recursos Hídricos - Praia - Santiago;
- d) Laboratórios INPHARMA - Industria Farmacêutica, SARL, Praia - Santiago;
- e) Laboratório de Análises da Farmácia JOVEM, Mindelo - São Vicente.

3. Os custos inerentes da contra-análise correm por conta da entidade infractora.

Artigo 22º

Impugnação

1. Da decisão final, cabe recurso para o membro do Governo de que a entidade competente para o processamento da contra-ordenação e aplicação das sanções dependa, o qual deverá ser interposto pelo infractor, por escrito, no prazo de cinco dias após a notificação da mesma.

2. O recurso interposto nos termos do número anterior será decidido no prazo de cinco dias.

3. Da decisão a que se refere o n.º 2, cabe impugnação judicial, nos termos da lei, a ser apresentada pelo interessado à autoridade administrativa que aplicou a coima, no prazo máximo de oito dias após o conhecimento da decisão.

Artigo 23º

Pagamento voluntário da coima

1. O infractor pode proceder ao pagamento voluntário da coima no prazo referido no n.º 1 do artigo 22º.

2. Se a infracção consistir na falta de entrega de documentos ou na omissão de comunicações obrigatórias, o pagamento voluntário da coima só é possível se o infractor sanar a falta no mesmo prazo.

Artigo 24º

Participação ao Ministério Público

Qualquer autoridade fiscalizadora que tenha conhecimento de eventual prática de factos de índole criminal, deverá, de imediato, comunicá-los ao Ministério Público.

Artigo 3º

Revogação e republicação

1. São revogados os artigos 15º e 18º do Decreto-Lei n.º 24/2002, de 16 de Setembro.

2. O Decreto-Lei n.º 24/2002, de 16 de Setembro, com a redacção agora introduzida e nova numeração, é republicado em anexo, que é parte integrante do presente diploma.

Artigo 4º

Entrada em vigor

O presente Decreto-Lei entra em vigor 30 dias após a data da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros.

*José Maria Pereira Neves – Basílio Mosso Ramos – Maria
Madalena Brito Neves – Avelino Bonifácio Fernandes Lopes.*

Promulgado em 1 de Março de 2004

O Presidente da República, PEDRO VERONA
RODRIGUES PIRES

Referendado em 3 de Março de 2004

O Primeiro Ministro, *José Maria Pereira Neves*
